



Ficha de leitura número 2 para a cadeira de Técnicas de Expressão Jornalística-Televisão

Docente: Helena Lima

Aluna: Inês Guedes Pimenta

Livro: “O que é o Jornalismo”

Autor: Nelson Traquina

“O que é a notícia? O que são as notícias? Porque são as notícias como são? Qual o papel do jornalismo na democracia?”, contra-capa do livro do Professor Traquina.

Ao longo do livro, o professor Traquina tenta dar resposta às perguntas feitas na contra capa do livro.

As respostas que oferece neste “manual teórico” da prática do jornalismo apontam este como o jornalismo da realidade, realidade essa selectiva e que foi construída através dos profissionais de várias gerações.

Pretendo nesta ficha de leitura resumir dois (3 e 5) dos capítulos apresentados, bem como um excerto do segundo capítulo.

O capítulo 2: O jornalismo enquanto profissão

O capítulo 3: As teorias do Jornalismo

Ao longo deste capítulo, Traquina analisa algumas das teorias do jornalismo que podem ser também estudadas no âmbito das Teorias Comunicação social.

“Toda a profissão é sobrecarregada de imagens, mas talvez não exista outra tão rodeada de mitos como a do jornalista.”, Nélson Traquina

A primeira teoria que Traquina explica é a Teoria do Espelho, uma tentativa de explicar porque são as notícias como são . Sendo a teoria mais antiga da história, oferece como resposta o facto de as notícias serem como são porque a realidade assim o determina.

Apresentado como um comunicador desinteressado, o jornalista é um agente que não tem interesses específicos e como tal não existe algo que o faça desviar-se do seu rumo.

Esta teoria foi-se fragmentando em vários países mais desenvolvidos ao passo que os meios de comunicação da altura cresceram como indústria. Surgia assim um novo paradigma da notícia como informação, contrariando o velho paradigma de que a informação era a arma utilizada pelos políticos e militantes partidários.

Conclusão, o jornalista passa de “desinteressado” para um observador capaz de relatar os factos com honestidade e um equilíbrio, sem qualquer tipo de julgamento pessoal, o que antes não existia.

Esta situação derivou de momentos históricos (sec XIX-novo jornalismo; e sec XX com o surgimento da objectividade nos anos 20 e 30 nos EUA) importantes que permitiram tornar esta imparcialidade como padrão dominante.

A **teoria da acção pessoal** ou **Teoria do gatekeeper** é a segunda teoria apresentada; diz-nos que surgiu na década de 50 do sec XX pela mão de David White. O termo gatekeeper refere-se “à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões” e foi introduzido pelo psicólogo social Lewin.

O que White afirma nesta teoria é que o processo de produção da informação é uma série de escolhas que foram concebidas de forma a que o núcleo das notícias tenha que passar por vários “gates” (portões), ou seja áreas de decisão/relação em que o jornalista escolhe a notícia ou não. Como podemos compreender a decisão tem duas respostas, afirmativa ou negativa e como tal isso implica outras questões que foram abordadas e explicadas pelos defensores de cada um dos lados.

Como em quase todas as teorias, foram surgindo críticas à forma como as mesmas eram explicadas ou abordadas, e como tal, tanto podem ser construtivas ou negativas, na medida em que (por exemplo) outros filósofos, professores, sociólogos, etc, refutam as ideias anteriormente tidas como certas.

A **Teoria Organizacional**, por Warren Breed. Breed consagrou na sua teoria um alargamento da perspectiva teórica na organização jornalística – do âmbito individual para um mais vasto; Breed vai inserir o jornalista na organização para a qual trabalha, fazendo com que este se conforme com as normas “de política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais.

Ao longo da sua obra, o autor vai dando ênfase aos processos levados a cabo por uma diferente cultura, uma cultura organizacional. Para isso identificou 6 factores que “promovem o conformismo com as políticas editoriais das organizações. Estes seis factores promovem então o conformismo em relação “ à política editorial da empresa.” Acrescenta ainda que cinco dos seis parecem “ ser constantes e ocorrem em todos os jornais estudados”. Além dos seis pontos, Breed aponta cinco factores dentro da área de influência jornalística que o ajudam a iludir o controlo das empresas.

Por último, o autor chega à conclusão que é a linha editorial da empresa jornalística que geralmente é seguida. A fonte de recompensas do jornalista não se encontra nos leitores nem nos seus clientes, mas sim entre colegas e superiores. O jornalista, “redifine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redactorial.

Ainda dentro da teoria organizacional, esta diz-nos que o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização dispõe, ou seja é um negócio; negócio esse que é financiado pela publicidade. Na televisão por exemplo, é a publicidade que impõem a lógica das audiências, ou seja quanta mais audiência o canal tiver, mais receitas publicitárias se geram.

Conclui-s e então que o jornalista além de profissional de comunicação, integra também ele uma organização onde o lucro e a produção de notícias passam a ser primordiais.

As teorias de acção política

Nas teorias de acção política, os *media* noticiosos são vistos de forma instrumentalista, servindo objectivamente certos interesses políticos, defendendo a posição de que as notícias são distorções sistemáticas ao serviço dos interesses da classe política. A teoria atribui aos jornalistas um papel activo, tornando-se o "bode expiatório" dos males do produto jornalístico, sendo os seus valores são diferentes dos da população em geral. Segundo esta teoria, existe um directório dirigente da classe capitalista que dita aos directores e jornalistas o que sai cá para fora, reforçando os pontos de vista do poder instituído. Para Herman e Chomsky, cinco factores explicam a submissão do jornalismo ao sistema capitalista: a estrutura de propriedade dos *media*; a sua natureza capitalista; a dependência dos jornalistas das fontes governamentais; as acções punitivas dos poderosos, a ideologia anti-comunista existente entre a comunidade jornalística norte-americana.

Para os autores, a cobertura de um acontecimento particular nos *media* é tratada como uma campanha de publicidade maciça. A conclusão é que o campo jornalístico é uma arena fechada e que apenas produz opiniões favoráveis aos capitalistas. No entanto, para Daniel Hallin, o modelo de propaganda de Herman e Chomsky é estatico e reduz por completo o papel da ideologia profissional dos membros da comunidade jornalística.

3

As teorias constutivistas

Nos anos 70, surge um novo paradigma: as notícias como construção. Esta teoria argumenta que é impossível distinguir a realidade e os *media noticiosos* que devem reflectir essa realidade, pois as notícias ajudam a construir a própria realidade; defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora directa dos acontecimentos pois uma linguagem neutra é impossível; é da opinião que os *media* estruturam inevitavelmente as notícias devido aos aspectos organizativos do trabalho jornalístico. Este paradigma, das notícias como construção, não implica que as mesmas sejam ficção, mas sim convencionais, embora os jornalistas sejam reticentes e rejeitem o conceito de notícia como construção.

Surgem, assim, partilhando o novo paradigma das notícias como construção social, duas teorias: **a estruturalista e a interaccionista**. Para ambas as teorias, as notícias são resultado de processos complexos de interacção social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade. Assim, ambas contestam que os jornalistas são observadores passivos, defendendo-os como activos na construção da realidade. A escolha da narrativa feita pelo jornalista é orientada pela aparência que a realidade assume para si mesmo. As fontes de informação e as consequências sociais que resultam dos processos e procedimentos utilizados pelos jornalistas são também elementos focados por estas duas teorias.

A teoria estruturalista

A teoria estruturalista enfatiza o papel dos *media* na reprodução da "ideologia dominante", reconhecendo, no entanto, a autonomia relativa dos jornalistas a um controlo económico directo. Defende, assim, as notícias como um produto social resultante de vários factores, sendo eles: a organização burocrática dos *media*; e estrutura dos valores-notícia; o próprio momento de construção da notícia. Existem muitos pontos semelhantes entre a teoria estruturalista e a teoria interaccionista, começando pelo facto de ambas conceptualizarem as notícias como uma construção. Na primeira, as fontes oficiais são encaradas como um bloco unido e uniforme, não havendo um processo de negociação antes da definição principal da notícia.

A teoria interaccionista

O processo de produção de notícias passa pela percepção, selecção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos, que podem acontecer em qualquer parte e a qualquer momento), num produto (as notícias). A questão nuclear do jornalismo é "o que é notícia?"; para o serem, os acontecimentos necessitam de ter noticiabilidade ou seja, serem dignos de adquirir a existência pública de notícia. Para a teoria interaccionista, os jornalistas vivem constantemente pressionados pelo factor tempo pois estes têm de apresentar um produto final e é impensável não o fazerem por falta de notícias.

Ordem no espaço e no tempo.

Segundo Gaye Tuchman (anos 70) existe uma tentativa de impor uma ordem no espaço por parte das empresas jornalísticas, impondo uma rede noticiosa para "capturar os acontecimentos". Conclusão, o que acontece é que acontecimentos noticiáveis ocorrem (preferencialmente) em determinadas localidades. Utiliza-se a técnica "impor ordem no espaço através da cobertura do mesmo", ou seja, os jornalistas fazem com que certos tipos de acontecimentos tenham tendência a ocorrer em determinados lugares.

Sem me alongar em explicações, o caso português é um exemplo claro do que referi acima. No nosso país existem grandes "«buracos»" na "«rede noticiosa»", e a sua principal razão é o facto de existir uma concentração demasiado extrema de recursos das empresas jornalísticas, que em termos geográficos se referem a Lisboa.

Assim, dados sobre a distribuição geográfica da comunidade jornalística portuguesa são claros quando apontam para uma concentração jornalística nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Quanto à ordem no tempo, as empresas jornalísticas tentam também colocar uma estrutura sobre o tempo, a qual lhes permite levar a cabo o seu trabalho diário. De entre os três pontos sugeridos pelo autor, devemos reter a ideia de que é a empresa jornalística que através do seu serviço de agenda, elabora qual a lista de acontecimentos previstos, permitindo então uma máxima organização do seu trabalho e com alguma antecedência.

O **acesso ao campo jornalístico** constitui um "alvo prioritário da acção estratégica dos diversos agentes sociais", e segundo Molotch e Lester é necessário também sublinhar a questão do acesso aos *media* como uma questão "central do jornalismo".

Destacaram também três diferentes tipos de acesso: a) O acesso habitual(exite quando um indivíduo ou grupo estão demasiado localizados,coincidindo com as actividades de produção jornalística); b) o acesso disruptivo(“Aqueles que necessitam de acesso à produção de acontecimentos e querem contribuir para a experiência pública contam geralmente com a disrupção”); c) o acesso directo(reservado aos jornalistas, que exercem o seu poder ao determinar que reportagens ou trabalhos de investigação pretendem desenvolver).

A **rede noticiosa**.Gaye Tuchman defende a posição de que “« a formação da rede noticiosa e a forma como os jornalistas nela estão distribuídos tem importância teórica, dado que são a chave da construção da notícia.»”

Par ao autor,ao facto de se fixar a rede noticiosa no tempo e espaço faz com que exista um impedimento de que certas ocorrências passem a ser notícia.

Assim, a relevância do que se distribui pela rede noticiosa é uma questão fundamental no processo de produção da notícia.Outro ponto bastante importante é a questão das fontes; estas são o que são porque estão directamente ligadas aos “sectres decisivos da actividade”.

Wolf destacou que a rede das fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumentos essenciais reflecte dois prismas, o prisma da estrutura social e o da organização a partir de “exigências dos procedimentos produtivos”.

Assim, na cultura jornalística, a relação existente entre fonte e jornalista é “sagrada”, manifestando-se na importância que a comunidade jornalística dá ao direito de sigilo profissional(o jornalista não deve revelar a identidade da fonte).

Para um jornalista qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação , sendo que um dos aspectos fundamentais da profissão jornalística é o saber “ cultivar fontes”.